



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007744-07.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Walter da Silva**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que era titular de linhas telefônicas junto à ré e que se dirigiu a uma loja da mesma para buscar informações sobre fatura que recebera em decorrência de seu valor.

Alegou ainda que lá foi convencido a mudar para outro plano, com a condição de que cancelasse uma das linhas para que outra lhe fosse disponibilizada.

Salientou que posteriormente sua mulher discordou do cancelamento aludido porque usava a linha respectiva, bem como que tentou sem sucesso reverter a situação posta.

A pretensão deduzida deve ser examinada à luz do relato de fl. 01, não assumindo relevância para a decisão da causa outros aspectos que não tenham sido lá contemplados.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse contexto, o autor não suscitou nenhum tipo de vício para o restabelecimento dos planos que mantinha junto à ré ou arguiu irregularidade da contratação que espontaneamente implementou.

Fica patente, ao contrário, que na verdade o que motivou a postulação foi a discordância da mulher do autor quanto ao novo plano ajustado, tendo em vista que ela fazia uso da linha então cancelada.

O quadro delineado conduz à rejeição do pleito do autor.

Na verdade, ao contratar plano pós-pago que continha cláusula de fidelidade, ele somente poderá desconstitui-lo na hipótese de arcar com a multa contratualmente prevista e que deriva em última análise dessa condição.

Seria de rigor, ademais, que antes da consumação do negócio o autor diligenciasse a opinião de sua mulher a respeito, mas se assim não procedeu não poderá lançá-la como fundamento ao retorno para o *status quo ante*.

Em suma, e como não se entrevê qualquer ilicitude imputável à ré ou motivo consistente que militasse em favor do autor, deverá o mesmo cumprir o que ficou pactuado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 29 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**